


Paula Ochôa:* CHAM e DH, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
poc.paula@gmail.com
 0000-0003-2700-1073.

Leonor Gaspar Pinto: CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
lgpinto@sapo.pt
 0000-0001-8345-2771.

Como citar: de Ochôa, P.; & Pinto, L. G. (2018). Competências de avaliação participativa. *Bibliotecas. Anales de Investigación*; 14(2), 232-241.

Recebido: 13 de fevereiro de 2018

Revisado: 14 de março de 2018

Aprovado: 16 de março de 2018

Competências de avaliação participativa

Participatory evaluation competences

Paula Ochôa
Leonor Gaspar Pinto
Editora convidada: Dra.C. Maria Manuel Borges

RESUMO:

Objetivo. Discutem-se as competências necessárias para os processos de avaliação participativa, apresentando-se o conceito de coavaliação proveniente da área de Investigação em Avaliação e o seu papel emergente na Ciência de Informação e na Ciência Aberta.

Desenho/Methodologia/Enfoque. Sendo cada vez mais pertinente uma discussão em torno das práticas de avaliação em colaboração, adota-se uma perspetiva de meta-avaliação, contextualizando a pertinência e trajetória do conceito emergente de coavaliação e dando especial destaque aos contextos de desenvolvimento e transferibilidade de competências necessários à sua implementação.

Resultados/Discussão. Os resultados da investigação realizada destacam o papel das competências de coavaliação agrupadas em seis dimensões: a prática reflexiva, a prática de base técnica, a análise situacional, a gestão, as competências interorganizacionais e as competências interpessoais.

Conclusões. Conclui-se que a larga experiência da Ciência da Informação em práticas de avaliação pode constituir um fator distintivo para a discussão em torno destas competências.

Originalidade/Valor. O artigo apresenta uma abordagem inovadora que, capitalizando o contributo da Ciência da Informação, propõe um quadro de competências de coavaliação, realçando a transferibilidade de competências entre avaliadores/as e stakeholders em varios contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação participativa; Ciência da Informação; Ciência Aberta; Competências.

ABSTRACT:

Objective. On this paper we discuss the competencies required for participatory evaluation processes, presenting the concept of co-evaluation (originated in the Evaluation Research area) and its emerging role in Information Science and Open Science.

Design/Methodology/Approach. Considering that the discussion about collaborative assessment prac-

* Autora correspondente.

tices is becoming increasingly more relevant, a meta-evaluation perspective is adopted, contextualizing the pertinence and trajectory of the emerging concept of co-evaluation and giving special emphasis to the development contexts and transferability of competences, which are necessary for their implementation.

Results/Discussion. *The results of the research carried out highlight the role of co-evaluation competences grouped into six dimensions: reflexive practice, technical-based practice, situational analysis, management, interorganizational competences and interpersonal competences.*

Conclusions. *It is concluded that the wide experience of Information Science in evaluation practices may be a distinctive factor for the discussion around these competences.*

Originality/Value. *The article presents an innovative approach that, by capitalizing on the contribution of Information Science, proposes a framework of co-evaluation competences, highlighting the transferability of competencies between evaluators and stakeholders in several contexts.*

KEYWORDS: *Participatory evaluation; Information Science; Open Science; Competencies.*

Introdução

A Investigação em Avaliação é transdisciplinar (Scriven, 2003; Davidson, 2005; Patton, 2008a; Alkin, 2011), incluindo um conjunto de abordagens transversais que geram novo conhecimento e sínteses (Klein, 2007; Patton, 2011, 2016), novos conceitos (Patton, 2011; Scriven, 2012) e novos intervenientes (Fitzpatrick, Christie & Mark, 2009) e uma agenda global – a EvalAgenda 2020 (Eval Partners, 2016), assumindo um lugar importante no debate realizado nos últimos anos em torno das metodologias de avaliação na área da Ciência da Informação. Eventos como a Northumbria International Conference on Performance Measurement in Libraries and Information Services (Town & Stein, 2015), a International Conference on Qualitative and Quantitative Methods in Libraries (ISAST - International Society for the Advancement of Science and Technology) ou a Library Assessment Conference (Association of Research Libraries) têm discutido abordagens, práticas e novos contributos.

Perante a diversidade de concepções, pluralismo epistemológico e estratégias no campo da avaliação, um dos mais significativos exemplos da importância deste tema entre os/as profissionais de Informação-Documentação (I-D) foi a publicação, em 2014, de uma norma internacional —a ISO 16394— sobre métodos e procedimentos para a avaliar o im-

pacto das bibliotecas, tornando o setor um dos pioneiros na aplicação de metodologias mistas para a avaliação dos seus múltiplos impactos e abrindo a oportunidade de envolver diretamente nestas metodologias os cidadãos e as cidadãs.

Tendo a norma ISO 16394 um elevado potencial de aplicação transdisciplinar decorrente da sua essência metodológica, importa sistematizar as abordagens e métodos que esta postula para obtenção de evidências do impacto de Serviços de Informação (SI), destacando que são os métodos que, em grau variável, recorrem à participação/ interação com os *stakeholders* que serão preferencialmente usados em abordagens participativas à avaliação, conforme explicitado na Tabela 1.

Condições da avaliação participativa

No estudo dos processos avaliativos, a valoração, ou seja, o ato de emitir um juízo de valor, tem merecido particular atenção. Para Scriven (2003, p. 16), “an evaluation must, by definition, lead to a particular type of conclusion —one about merit, worth, or significance— usually expressed in the language of good/bad, better/worse, well/ill, elegantly/poorly, etc.”, dando realce ao papel do/a avaliador/a e às suas competências (Patton, 2008b) e às muitas e diferentes maneiras pelas quais pode ser envolvido/a no processo avaliativo, dependendo das condições de avaliação – as condições do/a avaliador/a (*evaluator context*, Alkin, 2012). Para Alkin, Vo e Christie (2012):





evaluators can be engaged in valuing by guiding stakeholders in the process of reaching conclusions about value. Evaluators can be engaged in valuing by acting as a social conscience in reflecting on the meaning of findings. Evaluators can assist in valuing by providing stakeholders with the opportunity to actively engage in evaluation and, in that process, themselves determine the worth of an enterprise. And yes, evaluators can perceive their role as personally making a decision of merit or worth (p. 39).

As abordagens participativas na avaliação constituem um desafio metodológico e ético, sendo, por isso, necessários modelos de orientação/princípios adaptados aos contextos e à mudança e propostas de análise e renovação através do diálogo e da investigação sistemática (Cousins, Whitmore & Shulha, 2013). De acordo com Patton (2016, p. 22), um princípio pode ser definido como

“a fundamental proposition that serves as the foundation for a system of belief or behavior or for a chain of reasoning”, tendo um papel de *conceitos sensibilizantes* (*sensitizing concepts*). Uma abordagem baseada em princípios é apropriada quando existe alinhamento e adesão por diversos/as participantes em processos avaliativos, assumindo

que os princípios se mantêm os mesmos, apesar das necessárias adaptações a vários contextos. As evidências são baseadas em estudos de caso e a sua relevância advém do seu potencial para adicionar valor aos esforços coletivos (Shulha *et al.*, 2015) e a situações complexas (Patton, 2011, 2016), tais como a inovação aberta (Haller, *et al.*, 2017).

Tabela 1. Abordagens e métodos para obtenção de evidências do impacto de Serviços de Informação.

Abordagens e métodos para obtenção de evidências do impacto		Nível de participação de skateholders 	
Interferção	Estatísticas sobre recursos (<i>inputs</i>) e resultados (<i>outputs</i>)	Dados sobre utilização dos SI	
		Dados sobre os/as utilizadores/as	
	Indicadores de desempenho	Indicadores de utilização dos SI	
		Indicadores da qualidade de serviço	
		Indicadores que comparam as estatísticas do SI com estatísticas genéricas do setor	
Dados de inquéritos sobre satisfação dos/as utilizadores/as	Método de medição direta (pontuação diretamente atribuída pelos/as utilizadores/as)		
	Análise de discrepâncias (<i>gap analysis</i>)		
Questionários sobre impacto	Questões sobre os efeitos do contacto com os SI		
	Opinião sobre a influência dos SI		
Solicitação	Entrevistas e grupos de foco	Entrevista estruturada, semiestruturada, não estruturada. Técnica do incidente Crítico	
		Entrevista individual / de grupo	
	Autoavaliação de utilizadores/as (questionário para autorrevisão crítica dos conhecimentos ou aptidões)	Entrevista de grupo de foco	
			
	Evidências anedóticas/episódicas	Utilizadores/as como fonte: comentários, respostas abertas em questionários/entrevistas	
Colaboradores/as como fonte: relatos de efeitos positivos/negativos do SI nos/as utilizadores/as			
Observação	(Não) Estruturada		
	(Não) Participante		
	(Não) Obstrusiva		
Análise de logs (a partir da interação entre utilizadores/as e sistemas de informação)	Auto-observação (diários)		
	Análise de citações (em trabalhos / teses de pessoas que utilizaram os SI)		
	Testes sobre o impacto no conhecimento e aptidões (literacia de informação)	Testes de escolha múltipla sobre competências básicas de literacia de informação	
		Análise do uso de informação em tarefas escritas	
	Análise de portfólios		

Fonte: Ochôa & Pinto (2017b), baseado em ISO 16394 (2014).

Legenda: SI – Serviço(s) de Informação

O foco na qualificação, desenvolvimento de competências e profissionalização dos/as avaliadores/as tem levado investigadores/as, académicos/as e associações profissionais (como é o caso da American Evaluation Society) a criarem e aplicarem taxonomias de competências de avaliação, sendo ilustrativo desta tendência, por exemplo, a taxonomia elaborada pela Canadian Evaluation Society (2010) e o trabalho que, há mais de duas décadas, J. A. King e L. Stevahn desenvolvem neste âmbito (King *et al.*, 2001; King & Stevahn, 2015). Recentemente, estas autoras aprofundaram o estudo da dinâmica interpessoal na prática avaliativa e no desenvolvimento de competências e estratégias propiciadoras de eficácia na gestão da avaliação, defendendo que a Prática da Avaliação Interativa (IEP - Interactive Evaluation Practice, entendida como “The intentional act of engaging people in making decisions, taking action, and reflecting while conducting an evaluation study”) é aplicável a todo o tipo de avaliação, não se restringindo, portanto, à avaliação participativa (King & Stevahn, 2013, p. 14).

A necessidade de ir além do diálogo com os/as vários/as intervenientes no processo avaliativo realizando a avaliação da avaliação deverá fomentar a consciência da necessidade da ação para transformar a situação avaliada. Para potencializar a convergência entre prática e teoria e o desenvolvimento de questões epistemológicas, metodológicas e práticas, Furtado e Laperrière, (2010) consideram que o/a avaliador/a, inserido no grupo participante, deveria encorajar o coletivo a transpor as fronteiras do diálogo, caminhando em direção a uma ação coletiva, permitindo igualmente aos grupos de interesse julgarem e contextualizarem os resultados obtidos (Patton, 2011). Uma das formas a empregar poderá ser a utilização da meta-avaliação (Scriven, 1969).

Neste contexto de alargamento da avaliação participativa, vários temas estão a ser discutidos a nível internacional, incidindo sobre o desenvolvimento do profissionalismo, competências e padrões profissionais, os novos métodos mistos e os novos usos da avaliação (Eval Partners, 2016; European Evaluation Society, 2016; International Organization for Cooperation in Evaluation, 2017; Asociación Ibérica de Profesionales por la Evaluación, 2017).

No quadro das principais tendências da investigação e das práticas em avaliação, a coavaliação prefigura-se, pois, como uma área, uma condição contextual e um conceito emergente, em desenvol-

vimento também no âmbito estratégico da Ciência Aberta (European Commission, 2017) e da Ciência do Cidadão, enquadrada pelo envolvimento dos/as cidadãos/ãs nas práticas da avaliação pública de revisões científicas e avaliação de resultados aliada à necessidade de avaliar os impactos sociais dos projetos (Serrano Sanz *et al.*, 2014; Ioannidis *et al.* 2015, Pettibone *et al.*, 2016), pelo que é objetivo deste artigo apresentar as principais características da coavaliação, os seus contextos e as competências necessárias, tendo por base os resultados de um ciclo de investigação (2012-2016) realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, no âmbito dos mestrados em Ciência da Informação e Documentação e em Gestão e Curadoria da Informação. Este ciclo de investigação envolveu especialistas, docentes e alunos/as na discussão da importância do desenvolvimento e transferibilidade de competências de avaliação de impactos como um dos fatores de sucesso da sustentabilidade das redes culturais (Ochôa & Pinto, 2015), identificando os principais desafios epistemológicos (Ochôa & Pinto, 2017a, Pinto & Ochôa, 2017).

Características da coavaliação

Tal como outros objetos contemporâneos de avaliação, a abordagem teórica em torno da coavaliação encontra-se em construção, intersetando as teorias da avaliação e as teorias sobre a avaliação, não existindo uma visão unificada. A discussão teórica em avaliação é considerada essencial por vários motivos (Stern *et al.*, 2012):

- a) pode ajudar a apoiar interpretações de dados explicitando um quadro específico;
- b) pode ajudar a preencher lacunas;
- c) pode fornecer um modelo de trabalho com os *stakeholders*;
- d) pode ajudar a previsão e entendimento, explicando ligações causais e efeitos prováveis;
- e) pode tornar explícito os construtos da avaliação.

Adotando o conceito de Chouinard e Cousins (2015), avaliação participativa pode ser definida como “a partnership between trained evaluation specialists and programme community members in the co-production of evaluative knowledge about specific programmes or interventions of interest (e.g. projects and policies)” (p. 6). Integra abordagens participativas como a *Participatory*

Action Research (PAR), a *empowerment evaluation*, a *democratic evaluation* e a *participatory monitoring and evaluation*, entre outras (Cullen & Couryn, 2011). Assim, o conceito de coavaliação refere-se aos instrumentos e práticas da avaliação de desempenho participativa envolvendo partes interessadas, realizada em comunidades de práticas avaliativas, em redes interorganizacionais ou inter pares (redes de equipas) ou em Ciência Cidadã.

Nestes processos colaborativos, a coaprendizagem em comunidades de práticas (Wenger, McDermott & Snyder, 2002) têm um papel importante, traduzindo-se, pois, “na interação centrada na aprendizagem colaborativa, incluindo a construção de uma verdadeira «comunidade de prática», que conduz ao envolvimento dinâmico e participativo para a construção coletiva do conhecimento” (Brantmeier, 2005 cit. por Barros, 2014, p.95).

De acordo com Warta (2016), as comunidades avaliativas têm de lidar com três tipos de desafios:

- a monitorização de dados, as novas técnicas de análise de dados e as competências dos avaliadores;
- as novas limitações na avaliação de resultados por parte dos decisores políticos;
- as mudanças nos modelos de avaliação com novas formas de cooperação em consórcio, abrangendo uma ampla gama de competências necessárias para lidar com a complexidade do processo de avaliação.

Na agenda de investigação a desenvolver, as comunidades de práticas avaliativas transdisciplinares serão fulcrais para a criação de modelos de coavaliação, tendo os seus membros o papel de cocriadores, coprodutores, utilizadores e coavaliadores nas diferentes fases da avaliação participativas, formativa, interativa e construtiva. A inclusão do informal dentro da avaliação tem o potencial de acrescentar a compreensão dos desafios e dos conflitos não explícitos que emergem e das diversas e singulares alianças que se vão estabelecendo em torno dos mesmos (Furtado & Laperrière, 2010), com especial impacto na governança.

Práticas

A coavaliação encarna um processo simbólico e relacional do uso da avaliação (Kusters *et al.*, 2012) dado o seu foco no envolvimento e interação, manifestando-se em novas audiências como os cidadãos e as cidadãs, na necessidade de novas formas

de promoção (*advocacy* - Patton, 2008b, Eval Partners, 2016) e em novas formas de comportamento informacional colaborativo em contexto laboral (Choo, 2013; Widén *et al.* 2014).

Os diversos níveis de participação dos/as cidadãos/ãs em processos científicos —contributiva, colaborativa e cocriativa (Bonney *et al.*, 2009)— realçam o maior nível de envolvimento atingido na fase da cocriação. A perspetiva inovadora da cocriação em Ciência da Informação recai na identificação de conceitos e métodos do Marketing (Urquhart, 2015) e no seu potencial de atuação na avaliação. Ganha agora relevância a compreensão de como diferentes atores criam o seu próprio valor em uso (o valor da prática epistémica) da informação, do conhecimento e das competências, desde fases iniciais do processo de avaliação, dinamizando uma cultura de participação e envolvimento de *stakeholders* (Hofer, 2016), indissociáveis da constatação da importância do desenvolvimento e transferibilidade das competências-chave para a sua implementação e dando resposta às questões relacionadas com os processos de definição, execução e utilização das avaliações, tanto em organizações, como na avaliação de resultados científicos.

Adotando a tipologia de participação em projetos de Ciência do Cidadão de Wiggins e Crowston (2011), podemos considerar que as formas de participação em coavaliação em serviços de informação se enquadram nas iniciativas orientadas para a ação, usando a recolha de dados como uma ferramenta de apoio em agendas cívicas, em projetos de investigação na área da avaliação de desempenho organizacional que suportem novas evidências e teorias e em projetos de educação na área da Ciência da Informação, tanto em oportunidades de aprendizagem formais, como informais.

Todavia, será sobretudo a adoção de uma perspetiva de meta-avaliação —a avaliação da avaliação— que permitirá conduzir a Investigação em Avaliação para novas fronteiras, avaliando os diversos componentes de um processo avaliativo e os/as próprios/as avaliadores/as. Na linha de Furtado e Laperrière, (2010), consideramos que a meta-avaliação poderá fomentar a interação entre a produção teórica e a prática no campo, auxiliar na delimitação de métodos e estratégias e fomentar o rigor ético e científico das práticas avaliativas. Relembremos que a meta-avaliação deve ainda ser entendida como uma experiência de aprendizagem, pois quando se avalia a própria avaliação procura-se compreender a evolução da aplicação de conceitos e práticas avaliativas.

Metodología

Enquadrada por uma perspectiva de meta-avaliação, a revisão de literatura —dirigida à intersecção entre Ciência da Informação, Avaliação, Gestão de competências e metodologias participativas—, proporcionou a base para a identificação e posterior reflexão sobre os domínios e as respetivas competências a mobilizar para a (co)avaliação, nomeadamente pelo seu potencial de inovação/diferenciação em dois contextos:

- a) nos serviços de informação – com a proposta de introdução de novos modelos de avaliação de impactos nomeadamente em sistemas de Acesso Aberto e Dados de Investigação Abertos;
- b) nos perfis de competências dos/as profissionais I-D – com a proposta de um domínio especializado em avaliação, com ênfase na transdisciplinaridade e no seu potencial na Ciência Aberta e outras expressões de conhecimento aberto.

Para esse processo de (re)construção, foram particularmente relevantes os contributos das taxonomias de competências de avaliadores/as elaboradas por J. A. King e outros (King *et al.*, 2001; King & Stevahn, 2013, 2015), pela Canadian Evaluation Society (2010) e pela International Development Evaluation Association (2012) e ainda o modelo conceptual de competências para uma cultura democrática do Conselho da Europa (Council of Europe, 2016). Complementarmente, foram considerados os princípios do modelo IEP de King & Stevahn (2013) e as competências específicas do/a avaliador/a de desenvolvimento de Patton (2016) pela sua importância para o sucesso e promoção da aprendizagem e reflexão em torno da coavaliação.

Foram escolhidos três fóruns de discussão para a sua difusão no biénio 2017-2018: os/as investigadores/as de estudos culturais (Ochôa & Pinto, 2017a), os/as investigadores/as de gestão de recursos humanos, nomeadamente a gestão do talento (Ochôa & Pinto, 2018) e, no âmbito do EDICIC 2017, os/as investigadores/as em Ciência da Informação (Ochôa & Pinto, 2017b).

A partir dos domínios e competências genéricos necessários a um/a avaliador/a, foi possível identificar um conjunto de princípios e competências particularmente relevantes para a coavaliação que surgem referenciados na Tabela 2. Esses princípios e competências realçam a imprescindibilidade da mobilização de competências interpessoais, bem

como a importância da interligação necessária entre a coavaliação e a governança da informação colaborativa envolvendo:

1. a confiança, criatividade e partilha da informação recolhida e a importância da análise das evidências;
2. a gestão do conhecimento das áreas de fronteiras epistémicas como um fator determinante na avaliação;
3. o desenvolvimento de competências em coavaliação tendo por base a transferência de conhecimentos em modelos de competências que contemplem dimensões de práticas reflexivas, práticas de base técnica, análise situacional, gestão, interorganizacionais e interpessoais.

No seu conjunto, a análise das práticas avaliativas participativas constitui igualmente um importante aspeto das práticas informacionais emergentes em contexto laboral, contribuindo para novas abordagens teóricas onde são destacados múltiplos níveis (individual, interorganizacional e interorganizacional) e processos complexos, como a partilha e cocriação de contextos de avaliação.

Discussão

Num contexto de alargamento e discussão do uso de metodologias de avaliação por um maior número de participantes em conjunto com a comunidade científica, o conceito de coavaliação pode surgir como um ponto de convergência para a contextualização, sistematização e análise da eficácia dos vários tipos de avaliação e para os vários tipos de participações. A sua conjugação com a avaliação de impactos é seguramente um caminho a aprofundar, tomando como base metodológica, por exemplo, as abordagens e métodos para obtenção de evidências do impacto consubstanciadas na norma ISO 16394 e a larga experiência da Ciência da Informação em avaliação enquanto fator distintivo para a discussão em torno dos novos usos da avaliação.

No âmbito das competências, o/a avaliador/a deve ser um/a facilitador/a das interações (Stevahn & King, 2016), competência que os e as profissionais de I-D já mobilizam com os seus utilizadores e utilizadoras noutros domínios e que poderão facilmente transpor para o da avaliação como um fator distintivo da sua atuação e dos focos da sua investigação.

Tabela 2. Domínios e competências de (co)avaliação.

Domínios	Competências genéricas do/a avaliador/a	Princípios e competências específicas para coavaliação
<p>Prática reflexiva (foco nas normas e valores fundamentais da prática avaliativa e na consciência das competências e necessidades de crescimento pessoais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar as normas que regulam a avaliação. • Agir de modo ético, com integridade e honestidade. • Respeitar todos os stakeholders. • Atender aos direitos humanos e ao bem comum. • Adotar uma perspetiva independente e imparcial. • Ter consciência de si enquanto avaliador/a (conhecimentos, capacidades) e refletir sobre a prática avaliativa (competências e áreas de desenvolvimentos). • Estar orientado/a para o desenvolvimento profissional, contribuindo para a melhoria da prática avaliativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar a cultura. - Conhecer-se a si mesma/o e respeitar a diversidade dos <i>stakeholders</i>. - Clarificar pressupostos, valores, perspetivas e expectativas culturais.
<p>Prática de base técnica (centra-se nos aspetos especializados da avaliação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a base de conhecimento da avaliação (teorias, modelos, tipos, métodos e ferramentas). • Realizar revisões de literatura. • Especificar a estrutura conceptual do objeto de avaliação (ex.: <i>Program theory</i>). • Determinar o propósito da avaliação. • Determinar a avaliabilidade do objeto. • Fazer o enquadramento das questões de avaliação • Desenhar a avaliação. • Definir os métodos de avaliação (quantitativos, qualitativos e mistos). • Identificar as fontes dos dados. • Desenvolver medidas/ferramentas fiáveis e validas. • Recolher dados. • Avaliar a validade e fiabilidade dos dados. • Analisar e interpretar dados. • Extrair conclusões e fazer recomendações. • Reportar procedimentos e resultados da avaliação. • Assinalar os pontos fortes e as limitações da avaliação. • Realizar meta-avaliações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar métodos e mobilizar competências propiciadores de abordagens criativas.
<p>Análise situacional (foco na análise do contexto específico e único que é objeto de avaliação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar a especificidade do contexto e do cliente. • Examinar o contexto (organizacional, social, económico, cultural). • Compreender o <i>status quo</i> (estado atual) e os desenvolvimentos registados no passado (história). • Criar cenários e visões de futuro(s). • Identificar os <i>stakeholders</i> afetados. • Identificar os interesses de todos os <i>stakeholders</i>. • Atender às necessidades de informação dos/as utilizadores/as. • Cuidar da aplicação da avaliação. • Atender à mudança organizacional e ambiental. • Aplicar as competências de avaliação em resposta aos desafios colocados ao nível da organização e medição. • Estar aberto/a aos contributos (inputs) e à diversidade de opiniões e perspetivas. • Alterar a avaliação sempre que necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Examinar o contexto. - Identificar o contexto situacional/ organizacional/ cultural. • Ser capaz de distinguir entre simples, complicado e complexo. • Atender à existência à dinâmica política forças políticas.

Domínios	Competências genéricas do/a avaliador/a	Princípios e competências específicas para coavaliação
Gestão (centra-se no processo de gestão do projeto / da avaliação)	<ul style="list-style-type: none"> • Definir os parâmetros, planos e consensos para a realização do trabalho. • Atender aos aspetos de viabilidade da avaliação. • Identificar os recursos necessários (humanos, financeiros, físicos e tecnológicos). • Monitorizar os recursos que foram afetados (humanos, financeiros, físicos e tecnológicos). • Coordenar, supervisionar e formar outros. • Reportar os progressos e resultados. • Identificar e mitigar problemas. • Gerir processos de gestão de conhecimento (transferindo e transformando conhecimento) e competências-chave. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar a interação. <ul style="list-style-type: none"> - Ser facilitador/a de tarefas que criem uma interação positiva entre os/as participantes.
Interorganizacional (foco no funcionamento em rede)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer a ligação entre a avaliação <i>on going</i> dos processos de governança do trabalho em redes com os processos intraorganizacionais. • Estabelecer a ligação entre a avaliação de diferentes políticas e os seus efeitos e impactos em várias áreas. • Estabelecer o foco avaliativo nos processos de interação interorganizacional e intercultural, recolhendo e disseminando informação relevante entre os vários intervenientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os relacionamentos interprofissionais e interdisciplinares. <ul style="list-style-type: none"> - Ser capaz de fazer uma gestão de fronteiras profissionais (<i>professional boundary management</i>) e interdisciplinares.
Interpessoal (competências / aptidões pessoais necessárias à prática avaliativa)	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar por escrito e através de tecnologias. • Comunicar oralmente. • Saber ouvir e observar. • Empatia. • Saber negociar. • Ser capaz de resolver conflitos. • Agir como facilitador/a (trabalho em grupo). • Facilitar a interação interpessoal (individual e equipas). • Ser capaz de cooperar e colaborar em comunidades de práticas. • Atender às questões da diversidade e cultura. • Demonstrar credibilidade profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco intenso nos relacionamentos: mobilização de competências interpessoais. • “Pessoalizar”: <ul style="list-style-type: none"> - Valorizar os fatores pessoais e interpessoais. - Identificar <i>stakeholders</i>/líderes dispostos a envolver-se. • Disponer de tempo (os processos interpessoais necessitam de tempo). • Ser capaz de gerir conflitos de forma construtiva (os conflitos vão surgir).

Baseado em: Ochôa & Pinto, 2017a, 2017b; King & Stevahn, 2013; Patton, 2016.

O conhecimento mais disseminado de como, onde e quando avaliar participativamente, representa o próximo patamar a atingir dentro e fora desta comunidade profissional e científica. Sendo uma área ainda pouco explorada, é necessário compreender melhor o papel dos vários *stakeholders* como coavaliadores, nomeadamente para se aferir os benefícios, quais as circunstâncias em que esses benefícios ocorrem e qual a sua importância nos modelos e práticas de avaliação em serviços de informação. O seu desenvolvimento deverá implicar várias iniciativas:

- Uma especial atenção na formação académica em Ciência da Informação, através da criação de unidades curriculares especializadas em avaliação de desempenho, visando a promoção de investigação sobre avaliação, com impacto a nível nacional e internacional;
- A criação de uma cultura de avaliação nos serviços de informação que garanta as estratégias de gestão da qualidade e promova o debate sobre a avaliação da sua sustentabilidade;
- A criação de comunidades avaliativas com competências especializadas e capacidade de atuação

no setor ID e noutro tipo de organizações e projetos interorganizacionais;

- A criação de redes de *stakeholders* e parceiros em projetos de coavaliação, visando um maior número de designs e métodos de avaliação;
- O estudo das práticas de avaliação participativas enquanto elementos integrantes do comportamento, cultura e ética informacional em contexto laboral e científico.

Conclusões

O aprofundamento da investigação em torno das dinâmicas de avaliação participativa possibilita correlacionar diferentes competências de avaliação, posicionando-as como um dos pilares da discussão da avaliação aberta, contribuindo ao

mesmo tempo, para o aumento das práticas de transferência de competências em múltiplos contextos onde o contributo da Ciência da Informação demonstra a sua capacidade interdisciplinar: na aprendizagem interorganizacional, na gestão de informação, na gestão organizacional e na avaliação da ciência.

A identificação de princípios e competências de coavaliação podem, por um lado, contribuir para acelerar esta fase de emergência de novos conceitos e práticas, apoiando e aumentando a comunicação de resultados relativamente a diferentes grupos-alvo envolvidos e promovendo o estudo de lacunas de competências e de oportunidades de desenvolvimento profissional e, por outro, promover a definição de perfis de competências comuns para diferentes funções de avaliadores. ■

Referencias bibliográficas

- Alkin, M. C. (2011). *Evaluation essentials: From A to Z*. New York, NY: Guilford Press.
- Alkin, M. C. (2012). Context sensitive evaluation. In M. C. Alkin (Ed.), *Evaluation roots: A wider perspective of theorists' views and influences* (2nd ed.) (pp.283-292). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Alkin, M. C., Vo, A., & Christie, C. A. (2012). The evaluator's role in valuing: Who and with whom. *New Directions for Evaluation*, 133(Spring), 29-41.
- Asociación Ibérica de Profesionales por la Evaluación (2017). Declaración de intenciones. Recuperado de <https://aproeval.org/wp.../2016/.../Declaración-de-intenciones-200617>
- Barros, D. M. V. (2014). Estilos de coaprendizagem e alguns indicadores das competências digitais. *Educación*, 45(septiembre), 91-105. Recuperado de <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3618>.
- Bonney, R., Ballard, H., Jordan, R., McCallie, E., Phillips, T., Shirk, J., & Wilderman, C. (2009). *Public participation in scientific research: Defining the field and assessing its potential for informal science education*. Washington, D.C.: Center for Advancement of Informal Science Education.
- Canadian Evaluation Society (2010). *Competencies for Canadian evaluation practice*. Renfrew: CES. Recuperado de http://www.evaluationcanada.ca/txt/2_competencies_cdn_evaluation_practice.pdf.
- Choo, C. W. (2013). Information culture and organizational effectiveness. *International Journal of Information Management*, 33(5), 775-779.
- Chouinard, J. A., & Cousins, J. B. (2015). The journey from rhetoric to reality: participatory evaluation in a development context. *Educ Asse Eval Acc*, 27, 5-39. doi: 10.1007/s11092-013-9184-8.
- Council of Europe (2016). *Competences for democratic culture: living together as equals in culturally diverse democratic societies*. Strasbourg: Council of Europe.
- Cousins, J. B., Whitmore, E., & Shulha, L. M. (2013). Arguments for a common set of principles for collaborative inquiry in evaluation. *American Journal of Evaluation*, 34, 7-22.
- Cullen, A., & Couryn, C. L. S. (2011). Forms and functions of participatory evaluation in international development: A review of the empirical and theoretical literature. *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 7(16), 32-47.
- Davidson, E. J. (2005). *Evaluation methodology basics: the nuts and bolts of sound evaluation*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- European Commission (2017). *Next-generation metrics: Responsible metrics and evaluation for open Science*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Recuperado de <https://ec.europa.eu/research/openscience/pdf/report.pdf>
- European Evaluation Society (2016). *12 EES Biennial Conference – Evaluation futures in Europe and beyond: connectivity, innovation and use*. Maastricht, 26-30 september 2016.
- Eval Partners (2016). *EvalAgenda 2010: Global Evaluation Agenda 2016-2020*. Recuperado de <https://evalpartners.org/sites/default/files/files/Evalagenda2020.pdf>
- Fitzpatrick, J., Christie, C. A., & Mark, M. (2009). *Evaluation in action: Interviews with evaluators*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Furtado, J. P., & Laperrière, H. (2010). Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: Uma revisão exploratória e reflexiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 695-705.
- Haller, J. B. A., Velamuri, V. K., Schneckenberg, D., & Möslein, K. M. (2017). Exploring the design elements of open evaluation. *Journal of Strategy and Management*, 10(1), 40-65.
- Hofer, H. (2016). Co-designing research projects: Citizen Science meets stakeholder involvement. *First ECSA Conference 2016 Citizen Science - Innovation in Open Science, Society and Policy*, 19-21 May 2016, Berlin.
- International Development Evaluation Association (2012). *Competencies for Development Evaluation Evaluators, Managers, and Commissioners*. Recuperado de http://dmeforpeace.org/sites/default/files/114_IDEAS%20Competencies%20Booklet.pdf

International Organization for Cooperation in Evaluation (2017). Professionalization. IOCE Professionalization Task Force: DRAFT Roadmap. Recuperado de <https://www.ioce.net/professionalization>

Ioannidis, J. P. A., Fanelli, D., Dunne, D.D. & Goodman, S.N. (2015) Meta-research: Evaluation and improvement of research methods and practices. *PLoS Biol*, 13(10). Recuperado de <http://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.1002264>.

ISO 16394. (2014). *Methods and procedures for assessing the impact of libraries*.

King, J. A., & Stevahn, L. (2013). *Interactive Evaluation Practice: Mastering the interpersonal dynamics of program evaluation*. Los Angeles: Sage.

King, J. A., & Stevahn, L. (2015). *Essential competencies for program evaluators*. Recuperado de <http://www.cehd.umn.edu/OLPD/MESI/spring/2015/KingStevahn-EssentialCompetencies.pdf>.

King, J. A., Stevahn, L. Ghery, G., & Minnema, J. (2001). Toward a taxonomy of essential evaluator competencies. *American Journal of Evaluation*, 22(2), 229-247.

Klein, J. T. (2007). Interdisciplinary approaches in Social Science research. In W. Outwaite & S. P. Turner (Eds) *The Sage handbook of Social Science methodology* (pp 32-49). Los Angeles: Sage.

Kusters, C., Van Vugt, S., Wigboldus, S., Williams, B., & Wodhill, J. (2011). *Making evaluations matter: A practical guide for evaluators*. Wageningen, The Netherlands: Centre for Development Innovation, Wageningen University & Research Centre.

Ochôa, P., & Pinto, L. G. (2015). Informação e cultura na agenda pós-2015: análise das dinâmicas de convergência na avaliação de impactos. *Páginas A & B*, 3(3), 37-51.

Ochôa, P., & Pinto, L. G. (2017a). Cocriação e avaliação de impactos em organizações culturais. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional "Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona"* (pp. 269-292). Braga: CECS. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10362/25461>

Ochôa, P. & Pinto, L.G (2017b). O conceito de coavaliação: uma visão transdisciplinar. En M. M. Borges, & E. Sanz Casado (Eds.) *A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC*. Universidade de Coim-

bra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx - CEIS20 (pp. 929-941). Recuperado de <http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>

Ochôa, P., & Pinto, L.G. (2018, no prelo). Competências e métricas de coavaliação: novos contextos na gestão e motivação. *Revista Ciências e Políticas Públicas*, Número especial Gestão do Talento: do conceito às práticas na gestão de pessoas.

Patton, M. Q. (2008a). *Utilization-focused evaluation*. Thousand Oaks: Sage.

Patton, M. Q. (2008b). Advocacy impact evaluation. *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 5(9), 1-10.

Patton, M. Q. (2011). *Developmental evaluation: Applying complexity concepts to enhance innovation and use*. New York, NY: Guilford Press.

Patton, M. Q. (2016). State of the art and practice of developmental evaluation: Answers to common and recurring questions. In M. Q. Patton, K. McKegg, & N. Wehipeihana (Eds.), *Developmental evaluation exemplars: Principles in practice* (pp. 1-24). New York, NY: Guilford Press.

Pettibone, L. et al. (2016). *Citizen science for all – a guide for citizen science practitioners*. Leipzig: Berlin-Brandenburg Institute of Advanced Biodiversity Research (BBIB), Museum für Naturkunde. Recuperado de http://www.buergerschaftenwissen.de/sites/default/files/assets/dokumente/handreichunga5_engl_web.pdf

Pinto, L. G., & Ochôa, P. (2017). Public libraries' contribution to Sustainable Development Goals: gathering evidences and evaluating practices. En *Proceedings of 83rd IFLA General Conference and Assembly*, 19-25 August 2017, Wrocław, Polónia.

Scriven, M. (1969). An introduction to metaevaluation. *Educational Products Report*, 2, 36-38.

Scriven, M. (2003). Evaluation theory and metatheory. En T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds.), *International handbook of educational evaluation* (pp. 15-30). Boston, MA: Kluwer.

Scriven, M. (2012). Conceptual revolutions in evaluation. En M. C. Alkin (Ed.), *Evaluation roots: A wider perspective of theorists' views and influences* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Serrano Sanz, F., Holocher-Ertl, T., Kieslinger, B., Sanz Garcia, & Silva, C. G. (2014).

White paper on Citizen Science in Europe. European Commission. Recuperado de http://www.zsi.at/object/project/2340/attach/White_Paper-Final-Print.pdf

Stevahn, L., & King, J. A. (2016). Facilitating Interactive Evaluation Practice: Engaging stakeholders constructively. *New directions for evaluation*, 149(Spring), 67-80.

Shulha, L. M., Whitmore, E., Cousins, J. B., Gilbert, N., & Al Hudib, H. (2015). *Evidence based principles to guide collaborative approaches to evaluation: Technical report*. Ottawa: Centre for Research on Educational and Community Services, University of Ottawa.

Stern, E. D., Stame, N., Mayne, J., Forss, K., Davies, R., & Befani, B. (2012). *Broadening the range of designs and methods for impact evaluations*. Working Paper 38. London; DFID. Recuperado de http://www.dfid.gov.uk/r4d/pdf/outputs/misc_info-comm/DFIDWorkingPaper38.pdf

Town, J., & Stein, J. (2015). Ten Northumbria Conferences: the contribution to library management. *Library Management*, 36(3). Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1108/LM-11-2014-0135>

Urquhart, C. (2015). Reflections on the value and impact of library and information services. Part 1: Value identification and value creation, *Performance Measurement and Metrics*, 16(1), 86-102. doi: 10.1108/PMM-02-2015-0005.

Warta, K. (2016). The changing challenges of RTI evaluation in Europe - experience, observations and Outlook. *Open evaluation 2016. International RTI policy evaluation conference*. Vienna, 24-25 november 2016.

Wenger, E., McDermott, R., & Snyder, W. M. (2002). *Cultivating communities of practice*, Boston: Harvard Business School Press.

Widén, G., Steinerová, J., & Voisey, P. (2014). Conceptual modelling of workplace information practices: a literature review. *Information Research*, 19(4). Recuperado de <http://InformationR.net/ir/19-4/istic/istic08.html>

Wiggins, A., & Crowston, K. (2011). From conservation to crowdsourcing: A typology of citizen science. En *Proceedings of the Forty-fourth Hawaii' International Conference on System Science* (HICSS-44), Koloa, HI, 1/2011. Recuperado de <http://andreawiggins.com/research/Wiggins2011HICSS.pdf>